



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1076

ESTUDOS DE GÊNERO E MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (2011-2012)

Tamires Almeida Ribeiro, UNESPAR, Campus de Campo Mourão,
tami.almeida2@gmail.com.

Fabiane Freire França, UNESPAR, Campus de Campo Mourão,
prof.fabianefreire@gmail.com.

Delton Aparecido Felipe, UNESPAR, Campus de Campo Mourão,
ddelton@gmail.com.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo mapear as teorizações sobre os estudos de mulheres e de gênero encontradas no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período de 2011 a 2012, com as seguintes palavras-chave: educação, estudos de gênero, estudos de mulheres negras, raça e Ensino Superior. Destaca-se nesse texto a tese “Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero”, de autoria de Ana Luiza dos Santos Julio, por ser a única tese encontrada. A área denominada “Estudos de Mulheres” refere-se ao movimento da década de 1960 que propunha discussões de emancipação das mulheres no espaço público. Na década de 1980 são produzidos os “Estudos de Relações de Gênero” como categoria de análise das relações entre homens e mulheres. Em vista disso, o presente texto problematiza: quais as produções atuais sobre os estudos de mulheres negras no ensino superior brasileiro encontradas no banco de Teses da Capes? Para atender aos objetivos e responder a questão desta pesquisa foi realizado um mapeamento no banco de dados de teses e dissertações da CAPES na área da educação sobre estudos de mulheres e gênero no Ensino Superior com base no referencial teórico dos estudos de gênero. Concluímos com essa busca a necessidade de maiores discussões sobre gênero e mulheres negras no ensino superior nos cursos de pós graduação *strictu sensu*, mestrado e doutorado.

Palavras-chave: Educação; Estudos de Gênero, Estudos de mulheres negras; Ensino Superior.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo problematizar as pesquisas realizadas no mestrado e doutorado que articulam as teorizações sobre os estudos de mulheres, gênero e de raça. Esses estudos tiveram origem em um mapeamento realizado no

Banco de Dissertações e Teses da CAPES¹, com as seguintes palavras-chave: educação, estudos de mulheres negras, estudos de gênero, Ensino Superior, durante o período de 2011 a 2012. O nosso recorte temporal se explica porque a CAPES informou que devido a alguns dados que não foram informados de forma completa pelos autores(as) dos trabalhos e com intuito de garantir a consistência das informações, apenas os trabalhos defendidos em 2011 e 2012 estão disponíveis até o momento, aos poucos os outros trabalhos defendidos em anos anteriores serão incluídos².

Para a seleção dos trabalhos que se adequam ao objetivo proposto, tomamos como foco os trabalhos voltados à área educacional. Os procedimentos de coletas para análise dos dados referem-se aos seguintes passos: 1) Seleção das pesquisas pelos descritores: educação, estudos de mulheres negras, estudos de gênero, Ensino Superior; 2) leitura do título, do resumo e das palavras-chave das obras encontradas; 3) Seleção das obras que atendam aos nossos objetivos. Com base nos dados encontrados no banco de teses e dissertações da CAPES foi possível identificar cinco pesquisas.

A primeira pesquisa, trata-se de uma tese em psicologia defendida no ano de 2011, com o seguinte título: Evidências de validade da escala de competência em estudo *ece-sup* (s&h): estudos com universitários brasileiros e portugueses produzida por Anelise Silva Dias. Esta pesquisa evidenciou os diferentes tipos de comportamentos de gênero, pois as mulheres apresentavam maiores médias para todos os resultados da pesquisa em relação aos homens.

A segunda dissertação encontrada foi: Acadêmicos de educação física: perfil, motivações e o valor atribuído aos componentes formativos do autor Rafael Eduardo Schmitt, defendida em 2011. O estudo está na área educacional e analisa diferenças de gênero no Ensino Superior. Entre inúmeras discussões a pesquisa afirma que as áreas humanas são as menos valorizadas e que as mulheres atribuem maior valor aos estudos do que os homens.

¹ Capes é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão responsável pela aprovação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação e mantém um banco de dados multidisciplinar com os resumos das teses e dissertações defendidas no Brasil no seguinte link: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

² O mapeamento faz parte do Projeto de Iniciação Científica (PIC) ESTUDOS DE MULHERES E DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E RETROCESSOS, realizado no ano de 2014-2015 na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Campo Mourão.

Na área de educação de adultos encontramos a quarta dissertação: Deficiência e gênero: vulnerabilidade feminina, ruptura e superação pesquisa realizada por Adenize Queiroz de Farias, defendida em 2011. Uma discussão para além da sexualidade em que apresenta a articulação ente gênero e a pessoa com deficiência no contexto de literatura disponível em nosso país.

Na área da administração encontramos o seguinte estudo: Fatores determinantes da mortalidade de pequenas empresas criadas no estado de São Paulo entre 2003 e 2007 da autora Mariana Carvalho e Silva Bertolamim. Não localizamos a tese completa, portanto, não identificamos o ano de defesa. A pesquisa discute sobre a gestão de micros e pequenas empresas e a influência dos gêneros durante o processo de gerenciamento da mesma.

E por fim, temos a tese intitulada: Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero de autoria Ana Luiza dos Santos Julio, defendida em 2011. A autora da tese destaca a realização de um estudo em uma universidade privada e os processos de garantia e permanência dos estudantes negros e negras por meio de bolsas de estudo. Esta foi única pesquisa dos estudos mapeados que articula as teorizações sobre os estudos de mulheres, gênero e de raça no Ensino Superior, por isso será ela o foco de nosso texto.

Estudos de Mulheres e Estudos de Relações Gênero como um caminho norteador para a inserção da mulher no Ensino Superior

A área denominada Estudos de Mulheres refere-se ao movimento da década de 1960 que propunha melhores condições de trabalho às mulheres. Na década de 1980, Joan Scott (1995) sinaliza um movimento de mulheres que se utilizam do termo Estudos de Relações de Gênero – *Gender Studies* como categoria de análise das relações entre homens e mulheres.

Para compreender o conceito de gênero é necessário retomarmos teorizações feministas que propiciaram a produção epistemológica deste conceito – gênero. A historiadora Joan Scott (1995) assinala que o conceito de gênero foi produzido na década de 1980 por estudiosas norte-americanas como estratégia política para a entrada das discussões sobre as mulheres no Ensino Superior, sem nomeá-las. Em vista disso, a presente pesquisa problematiza: quais as produções

atuais sobre os estudos de mulheres e gênero no ensino superior brasileiro encontradas no banco de Teses da Capes? Para atender aos objetivos e responder à questão desta pesquisa foi realizado um mapeamento no banco de dados de teses e dissertações da CAPES, na área da educação sobre estudos de mulheres e gênero no Ensino Superior.

Ao analisar as publicações brasileiras na academia encontramos uma quantidade significativa em torno de pesquisas na área de Estudos das Mulheres, em conjunto com os movimentos denominados de esquerda durante a década de 1960. Os estudos se focalizaram em torno das relações de poder entre homens e mulheres. Tempos depois, mais precisamente na década de 1980, nasceram os “Estudos de Relações de Gênero”, inicialmente advindo da Europa, Estados Unidos e Canadá (GALINKIN; ISMAEL, 2011). A historiadora Joan Scott (1995), ainda complementa que esta área de pesquisa sobre estudos de gênero procura problematizar as relações estabelecidas entre os dois sexos e trazer a discussão de gênero como categoria de análise multidisciplinar.

Referente à área Estudos de Mulheres, em 1949, Simone de Beauvoir, deixou sua contribuição para a história do feminismo e para a chamada segunda onda do movimento feminista com sua obra *O Segundo Sexo*, sugerindo que a mulher pudesse começar a refletir sobre seus papéis biológicos, socioeconômicos e psicológicos. Essa análise em sua obra pôde demonstrar como a mulher acabou se tornando o outro, diferente do homem considerado o ser Universal, ou seja, a mulher seria o segundo sexo.

Simone de Beauvoir (1908-1986) é talvez a teórica e crítica feminista que mais influenciou a Segunda Onda Feminista e os Feminismos a partir de meados do século 20. Embora o Vaticano o tenha colocado no *Index Librorum Prohibitorum* e fosse proibido na Irlanda por defender o aborto, que ela definia como a libertação da “escravidão da reprodução”, *O segundo sexo*, publicado em 1949, provocou, pelo menos parcialmente, o surgimento da nova crítica feminista, o reexame da literatura de mulheres do passado e do presente, a análise dos estereótipos masculinos e femininos, a relação entre escrita e gênero, a investigação sobre atitudes sexistas na literatura e os incentivos à escrita acadêmica e criativa de autoria feminina (BONNICI, 2007, p.30).

Atualmente, o feminismo tem seu foco principal sobre gênero devido à problematização dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos (MATOS, 2000, p.28).

Corroborando com a colocação de Matos (2000), os estudos de gênero não têm uma marcação histórica concreta e não mantêm um método preciso ou definições exatas, é considerado um campo repleto de mudanças e em constante mutação.

Gênero é a maneira como a cultura vê a mulher (e o homem) e como esta é construída culturalmente. O estudo de gênero não analisa biologicamente a mulher. Ou seja, o fato de a mulher ter seios e útero não faz parte do objeto dos estudos de gênero. Referindo-se à mulher como naturalmente passiva, tímida, intuitiva, chorona, dependente, sem iniciativa, a reduz automaticamente a uma série de papéis femininos, os quais, construídos culturalmente, foram atribuídos a muitas gerações de mulheres (BONNICI, 2007, p.126).

No que diz respeito aos impactos produzidos socialmente sobre os Estudos de mulheres e de gênero, a partir da década de 1960 as mulheres passaram a frequentar as universidades, inicialmente como estudantes, depois como professoras e também como pesquisadoras. De acordo com essa participação das mulheres no Ensino Superior, as mesmas começaram a pensar a respeito da “tarefa de elaborar perguntas e procurar respostas para o que vai passar a ser pensado como a questão da mulher para as questões de gênero” (ADELMAN, GROSSI E GUIVANT, 2010, p. 25). As discussões incorporadas pela academia são recentes e ainda demandam a necessidade de ampliação. Como exemplificam as autoras a seguir:

De um modo geral, um projeto feminista para a academia vem se tornando frutífero ao longo destes últimos anos. De acordo com Costa, de 1980 a 1990, vinte núcleos de estudos de mulheres e/ou

gênero foram criados nas universidades brasileiras. Acreditamos que o número, hoje, seja muito maior, face à quantidade de boletins, revistas e jornais que veiculam entre as universidades. Tentando atualizar esses dados, enviamos correspondências às universidades federais e estaduais, no total de 60, mas obtivemos apenas dez respostas. Destas, apenas a Universidade Regional de Blumenau não possui um núcleo e/ou grupo de estudo ou disciplina na graduação ou na pós, referente à temática mulheres e/ou gênero. Portanto, acreditamos que os Estudos sobre mulheres e Relações de Gênero têm assumido uma importância cada vez maior na academia, estendendo-se além da área de Ciências Humanas (MOTTA, SARDENBERG, GOMES, 2002, p. 238-239).

Mais uma vez fica evidente como este tema é recente e tem conquistado espaços na academia por meio de negociações e resistências ao longo dos anos. É notória a relevância e necessidade de aprofundamento, na condição de ir às raízes da questão e compreender de que maneira essas temáticas têm sido trabalhadas, bem como averiguar os impactos e necessidade desses estudos em diversas instâncias, inclusive no Ensino Superior, como expresso pela autora a seguir.

A trajetória da inserção dos estudos sobre a mulher, o feminismo e o gênero na universidade pode ser pensada como um espaço de legitimação de conhecimentos contestadores das verdades que se pretendem questionar e, neste sentido, pode ser acompanhada a partir de duas perspectivas: a) uma vitória considerável; b) um espaço de tensão constante e de ameaça (PEDRO, 2005, p. 171).

Para a autora é perceptível o aumento das mulheres que ingressaram no Ensino Superior no século XXI, diferentemente da condição em que se encontravam no século anterior e no século XIX em que eram notícias de jornais quando mulheres adentravam esse espaço de domínio masculino. Nesse contexto Pedro (2005, p. 171) questiona-se, “por que a universidade tornou-se o grande espaço do feminismo dos anos setenta?”. A própria autora responde que a universidade era o espaço de maior resistência ao governo militar, portanto, tornou-se um lugar legitimado de atuação de mulheres que lutavam contra tais imposições. Ainda assim, esta entrada foi conflituosa, pois as mulheres eram vistas exclusivamente como feministas, portanto, desqualificadas academicamente. Notamos, assim como a autora, que esta tensão é ainda muito presente nas universidades.

Em estudo anterior (RIBEIRO; FRANÇA, 2013), por exemplo, não foram constatadas discussões sobre a teórica Simone de Beauvoir na área educacional mediante mapeamento de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram encontradas algumas das referências de Beauvoir em áreas multidisciplinares, dentre elas, a Psicologia e as Ciências Sociais. Por intermédio desse mapeamento foi possível confirmar que os estudos sobre Beauvoir são escassos na área da Educação. Em vista disso, busca-se investigar o que tem sido produzido sobre os estudos de mulheres e gênero na área educacional no Ensino Superior. A utilização de teóricas como Beauvoir e Scott são necessárias em várias instituições educacionais para evidenciar a representatividade dos estudos de mulheres e gênero.

Mulheres negras no Ensino Superior: articulações entre sexo, gênero e raça

Ana Luiza dos Santos Júlio em sua tese *Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero*, defendida em 2011, argumenta que as mulheres negras procuraram mais formação do que os homens negros. Um dos fatores mencionados é o fato da mulher negra ocupar uma escala maior de desigualdade social, racial e de gênero, diferente de mulheres brancas. De 1996-2007 há o predomínio de mulheres brancas como população que mais estudou, seguida de homens brancos, mulheres negras e homens negros.

Esse cenário evidencia o quanto o enfoque de gênero é “fundamental para se entender a educação formal e suas articulações com outras instâncias sociais”, como bem assinala Rosemberg (1994, p. 39). E, nesse sentido, o enfoque exclusivo de gênero seria insuficiente para dar conta do acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil. A existência de uma hierarquia racial na sociedade brasileira chama atenção para a necessidade de tomar a raça como categoria relevante para análise da situação da mulher na vida social brasileira (SARDENBERG; COSTA, 1994; STOLCKE, 1991).

O estudo de Julio (2011) analisa a experiência de uma Instituição de Ensino Superior privado (IES) com o apoio da organização não governamental, Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE), com intuito de implantar e manter bolsas de estudo na modalidade afro. Demonstra que foi necessário cursos e/ou oficinas

aos bolsistas com a intencionalidade de que os mesmos não desistissem da caminhada acadêmica devido a discriminações e preconceitos. O CECUNE proporcionou conversas no sentido de construção identitária dos estudantes, como por exemplo, saber quem são e o que a sociedade tem feito com os sujeitos diferentes. Para que desta forma os bolsistas não se orientassem acriticamente pelo viés de uma sociedade preconceituosa e excludente.

A autora da tese analisa a condição em que se encontra a categoria tida com menor poder social, as mulheres negras e pobres, pois os homens negros ainda continuam sendo homens, os quais pertencem a uma categoria dominante. Julio (2011) ressalta também que as mulheres negras foram excluídas pelas feministas do norte (movimento feminista não-negro), as quais não as colocavam em pauta, ou seja, as próprias feministas lutavam por direitos das mulheres brancas e foram também excluídas pelo movimento negro, em que só poderiam ser parte em raça, mas não em gênero. Podemos ver da seguinte maneira: o racismo dentro do feminismo e o machismo dentro do movimento negro, em que as mulheres negras não podiam ser parte constituinte.

Este estudo nos fez ver, através da resistência de alguns bolsistas em trabalhar essas questões raciais, que existe uma forte tendência de ocultamento e silenciamento das condições racistas de nossa sociedade que, ao impedir que as questões raciais sejam trabalhadas, propõe, implicitamente, que não sejam encontradas soluções para as mesmas (JULIO, 2011, p.144).

Como argumentado em nosso artigo, temos como viés que no Ensino Superior devem ser tratados as questões de gênero, de estudos das mulheres, para que posteriormente os preconceitos possam vir a diminuir, do mesmo modo as discussões de discriminação racial devem ser contempladas, local em que infelizmente estão sendo silenciadas.

Como discutem Felipe, Teruya e Teixeira (2015) a discussão dos temas sociais pautada nas questões raciais é fundamental para perceber a situação de inferioridade simbólica e social que a população negra ainda vivencia. Nesse contexto, o conceito de raça torna-se relevante no contexto das ciências sociais, perdendo sim a sua validade genética, mas se revigorando para análise das dinâmicas que levaram às construções das sociedades modernas. A utilização do conceito de raça nas políticas públicas brasileiras permite uma revisitação de como

foi organizada a sociedade brasileira e nos permite visualizar como os negros e as negras e outros grupos não brancos ainda tem dificuldade de entrar em espaços considerados historicamente como espaço da população branca, como por exemplo, as universidades brasileiras.

Podemos visualizar isso na discussão realizada por Fernandes (2004) que afirma que as mulheres negras têm mais dificuldades do que as mulheres brancas para entrar na no Ensino superior, e quando essas mulheres negras adentram o espaço da universidade são sub-representadas, estão inseridas nas carreiras consideradas tipicamente femininas, evidenciando uma clara segmentação sexual e racial das carreiras universitárias. A medida que caminhamos para as áreas de conhecimento com maior reconhecimento social e prestígio, registra-se uma menor participação das mulheres negras

As mulheres negras sofrem com um dos mitos criados em torno das mulheres, o de igualdade entre todas as fêmeas. Julio (2011) destaca a filósofa Simone de Beauvoir (1949) e utiliza sua marcante frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher” e completa,

nesse mesmo sentido, pode-se inferir que não se nasce negra, mas tornam-se negras, ao dar-se conta do que significa e o que implica ser essa qualidade de ser humano. Se o ser negro é uma construção, ser mulher negra é uma dupla condição de construção, pois se passa pela condição de tornar-se mulher e, para, além disso, tornar-se uma mulher negra. Não basta, para isso, portanto, ter um fenótipo negro, uma pele negra. É, sobretudo necessário ter uma consciência de ser negra (JULIO, 2011, p. 24-25).

O processo de conscientização da negritude e mais especificamente o de ser mulher negra precisa ser contextualizado no que diz respeito a problematização a categoria subalterna apresentada às negras no universo feminino branco. Sobre as mulheres negras dupla militância, buscar não somente conquistas vinculadas as questões de gênero e sexo, mas também a igualdade racial, busca essa que se tornou uma das principais pauta do feminismo negro que propõe evidenciar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe, como fez Ana Luiza dos Santos Julio em seu estudo Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero.

Considerações

Ao fazemos uma análise das pesquisas que articulam as teorizações sobre os estudos de mulheres, gênero e de raça publicados no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, percebemos que apesar dos avanços que tivemos nos últimos anos com a inserção das mulheres no ensino superior, graças as discussões pautadas nos Estudo das Mulheres e nos Estudos das Relações de Gênero, ao focarmos as questões de raça, entendemos que a mulher negra ainda tem uma menor inserção dos que as mulheres brancas nesse espaço acadêmico.

Este padrão de inserção no Ensino Superior, faz com que as mulheres negras ocupem no mercado de trabalho os cargos com menor remuneração. Para as mulheres negras o ingresso na universidade representa mais do que a luta pela igualdade de sexo e de gênero, representa também a luta contra a discriminação de raça.

Neste contexto, cabe perguntarmos que medidas políticas e sociais são necessárias para que as mulheres em geral, e as negras, em particular, superem as limitações e os obstáculos de ingresso e permanência nas carreiras universitárias? No Brasil ainda vivenciamos o racismo e a desigualdade racial, assim como a desigualdade de gênero, que são silenciadas como forma de camuflagem da realidade. O Ensino Superior é o espaço propício para a discussão e problematização dos preconceitos de sexo, gênero e raça.

Para tanto, é necessário redefinirmos os horizontes de igualdade de oportunidades entre brancos e negros e entre homens e mulheres, estabelecendo políticas educacionais explícitas de inclusão racial e de gênero. Ademais, é de suma importância que sejam levadas a cabo um conjunto de ações voltadas para o respeito e valorização social em termos de prestígio, remuneração e poder das qualificações específicas das mulheres adquiridas no processo de socialização

Referências

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In: GROSSI, Miriam Pillar; LAGO, Mara Coelho de S.; NUERNBERG, Adriano Henrique (Orgs.). **Estudos In(ter)disciplinados: Gênero, Feminismo, Sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 21-40.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BERTOLAMI, mariana carvalho e silva. **Fatores determinantes da mortalidade de pequenas empresas criadas no estado de são paulo entre 2003 e 2007**. Mestrado profissional em administração instituição de ensino: instituto de ensino e pesquisa. São Paulo, s/d.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

DIAS, Anelise Silva. **Evidências de validade da Escala de Competência em Estudo – ECE-Sup (S&H): estudos com universitários brasileiros e portugueses**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade São Francisco - Itatiba, 2011.

FARIAS, adenize queiroz de. **Deficiência e gênero: vulnerabilidade feminina, ruptura e superação**. Dissertação de mestrado. Instituição de ensino: universidade federal da paraíba/joão pessoa, 2011.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko; TEIXEIRA, Filomena. Doutorado Sanduíche: outras possibilidades de olhar a relação educação escolar, negritude e narrativas midiáticas. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 1, p. 121-139, maio 2015.

FERNANDES, Danielle Cireno. **Estratificação educacional**, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. Mimeo. Brasil, 2004.

GALINKIN, Ana Lucia; ISMAEL, Eliana. Gênero. In: TORRES, Ana Raquel Rosas et al. (Orgs.). **Psicologia social: temas e teorias**. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. p. 50-557.

JULIO, Ana Luiza dos Santos. **Negros e negras no ensino superior privado: um estudo sobre raça e gênero**. Tese de doutorado, 180 f – Programa de Pós-Graduação em Psicologia PUCRS – Porto Alegre, 2011.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma História da mulher**. Maria Izilda S. de Matos. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecilia; e GOMES, Márcia (orgs). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas** - Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

PEDRO, Joana M. **Feminismo e Gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância**. História Unisinos, São Leopoldo/RS, v.9, n.3, p.170 – 176, 2005.

RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire. **Mapeamento das contribuições da filósofa Simone de Beauvoir à educação: banco de dissertações e teses da Capes**. In: XX Semana de Pedagogia da UEM: Pedagogia Uem: Novos Rumos. De 17 a 19 de setembro de 2013, Maringá – PR. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Psicologia, profissão feminina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº47, p. 32-37, nov. 1994.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feminista, e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R., BINGEMER, M^a Clara L. (Orgs) **Mulher e relações de gênero**, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SCHMITT, Rafael Eduardo. **Acadêmicos de educação física: perfil, motivações e o valor atribuído aos componentes formativos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.